

PROJETO DE LEI Nº

, DE 2020

(Do Sr. Wolney Queiroz)

Obriga os bancos públicos e privados a criarem linha de crédito especial para financiamento de folha de pagamento de hospitais, clínicas e operadoras de planos de saúde, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Esta Lei obriga os bancos públicos e privados a criarem linha de crédito especial para financiamento de folha de pagamento de hospitais, clínicas e operadoras de planos de saúde.

Art. 2º Ficam os bancos públicos e privados operantes no território nacional obrigados a abrir linha de crédito especial, a juros não superiores à taxa Selic praticada no ato do empréstimo, destinada a financiar não menos que oitenta por cento da folha de pagamento de hospitais, clínicas e operadoras de planos de saúde.

§1º A linha de crédito de que trata o caput, de caráter emergencial e temporário, sem exigências creditícias, vigorará até dezembro de 2020, podendo ser prorrogada por mais seis meses, a critério do Banco Central do Brasil.

§2º O governo federal emprestará as garantias necessárias ao financiamento de que trata este artigo.

Art. 3º Os hospitais, clínicas e operadoras de planos de saúde que contratarem a linha de crédito especial para financiamento de folha de pagamento assumirão contratualmente as seguintes obrigações:

- I - fornecer informações verídicas;
- II - não utilizar os recursos para finalidades distintas do pagamento de seus empregados;



* C D 2 0 8 0 7 7 8 8 0 0 *

III - não rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

IV - não rescindir, unilateralmente, os contratos de planos de saúde por inadimplência provocada pelos efeitos do coronavírus.

Parágrafo único: O não atendimento a qualquer das obrigações de que trata este artigo implica vencimento antecipado da dívida.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia da COVID-19 tem causado efeitos devastadores nas economias nacionais e, por conseguinte, em toda a economia mundial. No Brasil a situação não é diferente e medidas drásticas, de caráter urgente, precisam ser tomadas para minimizar efeitos nefastos sobre aquelas que constituem a base da saúde no Brasil: hospitais, clínicas e operadoras de planos de saúde.

Essas empresas encontram-se sobrecarregadas, com uma demanda muito superior às suas expectativas e, inclusive, muito superior à sua própria capacidade de atendimento. A saúde suplementar, neste momento, vive um processo de estrangulamento, tendo que arcar com um volume excedente de pacientes submetidos a exames, internações e outros procedimentos médicos, inclusive os mais complexos e dispendiosos, como são os de caráter intensivo.

É imprescindível que as empresas que atuam na área de saúde, hospitais, clínicas e operadoras de planos de saúde, possam honrar com os compromissos relativos às suas folhas de pagamento, porque é igualmente imprescindível que todos os profissionais de saúde se encontrem disponíveis, e devidamente remunerados, para enfrentar a epidemia. Se as operadoras de planos de saúde privada não conseguirem arcar com seus compromissos, os hospitais e clínicas não recebem o que lhes é devido e os profissionais de saúde deixam de trabalhar, o que é inadmissível no atual contexto sanitário nacional.



* C D 2 0 8 0 7 7 8 8 0 0 *



funcionários das operadoras dos planos de saúde ou dos hospitais e clínicas médicas em plena Pandemia?

Como demonstrado, o segmento empresarial de atendimento à saúde não poderá, neste momento, abrir mão do seu quadro de pessoal. Trata-se de uma questão de saúde pública. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, no ano de 2019, o Brasil contou com 47.031.980 de usuários de planos de saúde e com cerca de 1.010 operadoras deste serviço².

Com o crédito especial todos os atores da prestação de serviços médicos serão beneficiados. A medida minimizará a queda no emprego e os altos custos experimentados pelos operadores de saúde. A manutenção da estabilidade financeira destas empresas é crucial neste momento de calamidade pública em saúde.

De outro lado, protegemos o usuário dos serviços de saúde complementar, destacando, em consonância com a Constituição Federal e com o Código de Defesa do Consumidor, o direito básico à proteção da vida, saúde e segurança, através da exigência de que a empresa, para ter acesso ao crédito especial, não possa rescindir unilateralmente o contrato de prestação de serviço de plano de saúde.

Em artigo publicado no portal de economia do UOL³, segundo o professor Carlos Eduardo Manfredini Hapner⁴ “o poder público também pode tomar providências ainda mais drásticas, principalmente após a entrada em vigor do estado de calamidade pública no Brasil”. No mesmo artigo é destacada a recomendação da ANS:

“A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) afirmou que irá sugerir às operadoras de planos de saúde **que não cancelem ou suspendam contratos durante o período de pandemia pelo novo coronavírus.** Ainda não foram definidas, porém, as condições dessa medida em caráter excepcional.” (grifo nosso)

2 <https://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>

3 <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/24/planos-de-saude-coronavirus-mpf-prazo-inadimplencia.htm?cmpid=copiaecola>

4 especialista em direito do consumidor e professor da UFPR (Universidade Federal do Paraná).



Este socorro financeiro visa a manutenção do quadro de funcionários dos hospitais, clínicas e planos de saúde para o melhor e contínuo atendimento médico/hospitalar durante pandemia. Para que esta finalidade seja concretamente alcançada entendemos a necessidade de se firmar uma contrapartida, nos moldes da exigida para o financiamento especial de salários para as pequenas e médias empresas, vejamos⁵:

“ A linha de crédito emergencial de R\$ 40 bilhões anunciada pelo governo para financiar **pagamento de salários** de pequenas e médias empresas já está valendo. MP (Medida Provisória) 944, que criou o programa, foi publicada na noite da última sexta-feira, em edição extraordinária do Diário Oficial da União. E bancos já começam a oferecer essa modalidade de **financiamento** a partir desta segunda-feira. O primeiro a anunciar a medida foi o Bradesco, que informou neste domingo que vai financiar o pagamento de 1 milhão de salários. As empresas poderão financiar até duas folhas de pagamento, com limite de crédito de dois salários mínimos (R\$ 2.090) por empregado. **Como contrapartida, não poderão demitir trabalhadores sem justa causa por 60 dias, contados a partir da contratação do crédito.**” (grifo nosso)

A medida ainda estabelece o pagamento antecipado da dívida no caso de descumprimento da contraprestação⁶:

“De acordo com a MP 944/2020, o empregador fica proibido de demitir funcionários sem justa causa no período entre a contratação do empréstimo e até 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito. Se descumprir a determinação, ele é obrigado a antecipar o pagamento da dívida.”

Como todos os especialistas afirmam, o Brasil ainda se encontra no início da epidemia e as medidas de contenção de risco, sobretudo o isolamento social, ainda serão aprofundadas, com efeitos nocivos sobre a economia nacional e os empregos no País. Paralelamente, na área da saúde, a tendência contrária, de sobrecarga dos serviços,

5 <https://oglobo.globo.com/economia/credito-pequena-media-empresa-para-pagamento-de-salario-comeca-ser-liberado-nesta-segunda-24353428>

6 <https://diariodopoder.com.br/governo-libera-credito-de-r-34-bilhoes-para-empresas-pagarem-salarios/>



* 0 0 8 8 7 7 8 8 0 0 *

resulta na incapacidade real das empresas em arcarem com seus custos operacionais.

Urge que este Parlamento se posicione favoravelmente às medidas de proteção da economia nacional e de defesa dos salários dos profissionais de saúde que se encontram na linha de frente do combate à epidemia, pelo que peço o apoio dos pares à célere aprovação da presente propositura.

Wolney Queiroz
Deputado Federal – PDT/ PE

